

## Educação profissional e tecnológica sob os circuitos do capital: demarcações analíticas das contribuições dos governos federais

### ARTIGO

**Ailton Batista de Albuquerque Junior**<sup>i</sup>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil

**Maria Célia Borges**<sup>ii</sup>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil

**Ana Claudia Uchoa Araújo**<sup>iii</sup>

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil

1

### Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um tema que se desenha como uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, com a principal finalidade de preparar os sujeitos para o exercício das profissões, colaborando para que eles possam ser inseridos na vida em sociedade e atuar no mercado de trabalho. Nesses termos, o presente estudo tem como objetivo realizar o apontamento das contribuições da EPT para a formação *omnilateral* dos sujeitos, conhecendo suas lacunas e propondo alternativas para a superação do estado atual. Concernente à metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a descritiva, com abordagem qualitativa. Quanto aos resultados da pesquisa, sustentamos que, contemporaneamente, as implicações do neoliberalismo atravessam as políticas públicas adotadas na EPT, resultando na adoção de uma agenda que conduz, sobretudo, ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Mercado de trabalho. Educação Profissional e Tecnológica.

### Professional and technological education under capital circuits: analytical demarcations of the contributions of federal governments

### Abstract

Professional and Technological Education (PTE) is a theme that is designed as an educational modality provided for in the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) 9,394/1996, with the main purpose of preparing subjects for the exercise of professions, contributing to so that they can be inserted into society and work in the job market. In these terms, the present study aims to highlight the contributions of PTE to the *omnilateral* training of subjects, understanding its gaps and proposing alternatives to overcome the current state. Concerning the methodology, we applied bibliographic and explanatory research, regarding technical procedures, with a qualitative approach. Finally, we argue that, at the same time, the implications of neoliberalism permeate the public policies adopted in the PTE, leading to the adoption of an agenda that leads, above all, to the labor market.

**Keywords:** Neoliberalism. Job market. Professional and Technological Education.

## 1 Introdução

2

Atualmente, o tema da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido intensamente discutido no campo educacional, verificando a formação de seus discentes, a qualidade dos cursos, a relação entre educação e trabalho na formulação dos currículos, os critérios de qualidade utilizados como referência, as formas de financiamento e a formação dos professores que ministram aula nos cursos ofertados, além das metas de curto, médio e longo prazo para essa modalidade de ensino elencadas no Planos Nacionais de Educação (PNE) conforme estabelecido na Lei N° 13.005/2014 (Afonso; Gonzalez, 2015). Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições da EPT para a formação omnilateral dos sujeitos, propondo alternativas para o aperfeiçoamento da condição atual.

A relevância de abordar tal investigação está no fato de que a educação profissional e tecnológica se integra aos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, com o intuito de conduzir ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva (Lorenzet; Andreolla; Paludo, 2020). Além disso, a temática é extremamente pertinente na atualidade, sobretudo, nos marcos da expansão e privatização da educação nacional.

A justificativa para a realização deste estudo reside no fato de a EPT ser uma alternativa viável para o desenvolvimento e o avanço social, político e cultural, como de fato deve acontecer na esfera educativa formal. Por conseguinte, vivemos em uma sociedade desigual e acreditamos que essa modalidade de ensino emerge nesse contexto como uma possibilidade de encurtar as distâncias, por exemplo, entre classes sociais, na tentativa de diminuir essas desigualdades.

No que corresponde aos desafios enfrentados, conjecturamos que um deles seja a falta de qualificação dos profissionais que atuam nessa área, visto que essa é uma modalidade de ensino que demanda novas habilidades e provoca novos desafios à prática docente.

Inferimos algumas dificuldades ao se trabalhar com a diversidade frente à tecnologia, visto que os docentes precisam articular seus saberes e práticas educacionais às diversas realidades encontradas. Isso é especialmente relevante quando se pensa em EPT via EaD, uma questão atual e pertinente de investigação. Por esse viés, eclode a questão-norteadora e/ou problema da pesquisa: quais as contribuições dos governos no processo de viabilização da EPT para todos os segmentos societários?

Vislumbramos ser interessante aproveitar o que existe de positivo em cada corrente pedagógica, sintetizando e revendo nossas concepções acerca dos fenômenos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. No tocante à práxis pedagógica da EPT, os desafios atravessam uma multiplicidade de contextos que devem ser interpretados, compreendidos, aplicados e/ou revistos. Dessa forma, suas proposições trazem uma reflexão para que possamos rever as práticas tradicionais e excludentes presentes em nosso sistema educacional.

## 2 Metodologia

Quanto à abordagem metodológica, recorreremos à pesquisa qualitativa, caracterizada por um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, buscando descrever um sistema complexo que não poderá ser apenas traduzido em números. Logo, esse tipo de pesquisa busca traduzir aspectos intrínsecos aos fenômenos do mundo social (Maanen, 1979).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva porque pretende identificar os fatores que determinaram ou que contribuíram para a erosão dos direitos sociais no período demarcado. Portanto, pelas vias analíticas de Gil (2022), configura-se

como um tipo de investigação mais complexa e delicada, aprofundando o conhecimento da realidade e explicando as razões e os porquês das coisas.

No tocante aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, posto que Gil (2022) destaca que a sua principal vantagem reside na possibilidade de o investigador acadêmico cobrir uma pluralidade de fenômenos, com maior amplitude do que aquela que trata dados diretamente inqueridos aos sujeitos.

### 3 Resultados e Discussão

Em um país com um sistema capitalista veementemente excludente, como o Brasil, calcado na elevada dívida social, talvez os planos econômicos ou de desenvolvimento global, incluindo o PNE, não possam exercer um papel determinante no ajuste de configurações, mesmo produzindo e alterando algumas questões (Calazans, 2011).

As atuais políticas públicas de educação profissional e tecnológica são enviesadas pelo ideário neoliberal. Logo, trazem na marca essa ideologia desde a década de 1990, aqui no Brasil. Por conseguinte, as suas características se engendram na competitividade, lucratividade, produtividade e privatizações. Por esse ângulo, Silva (2012) pontua esse ideário como estratégia de amplo processo de redefinição global das esferas social, econômica, política, modificando severamente todos âmbitos da vida humana em resposta ao arranjo capitalista.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sofreu diversas reformas sob diferentes influências e contextos no decorrer da História. Afetada por visões e interesses contraditórios, a formação técnica e profissional reverberou em múltiplos âmbitos, marcada por objetivos, concepções e propostas ora convergentes, ora divergentes com o proletariado. Emergiu destinando-se à formação de pobres e desvalidos, calcada nas exigências do mercado de trabalho (Azevedo; Coan, 2013). Em resumo, essa modalidade de educação pretende contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil.

À propósito, em uma sociedade de classes implicada com a reprodução e o aprofundamento da divisão, fragmentação e especialização do trabalho, prevaleceu por muito tempo a viabilização da formação técnica, com programas de capacitação designados para o preparo das classes trabalhadoras para atuar em ofícios de baixa complexidade e remuneração. Isso reflete uma proposta de educação profissional técnica, fragmentária e pragmática, voltada para a formação de mão-de-obra precária, flexível e vulnerável à exploração e ao desemprego (Oliveira; Frigotto, 2022). À vista disso, Kuenzer (2006, p. 907) pontua que:

Na sociedade capitalista, na qual se produzem relações sociais e produtivas que tem a finalidade precípua de valorização do capital, não há inclusão que não atenda a esta lógica, como não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas que definem os projetos, seus financiamentos e suas formas de gestão.

Diante do exposto, inferimos que, sob a lógica da acumulação burguesa, o capitalismo opera produzindo uma subjetividade compatível com sua racionalidade. Por conseguinte, depreende-se que o neoliberalismo não se configura somente como ideologia ou política econômica, mas faz parte de um sistema normativo, ampliando suas influências ao mundo inteiro e permeando todas as esferas da vida social à lógica econômica (Dardot; Laval, 2016).

Face ao exposto, esse cenário defende um modelo de educação engendrado nos parâmetros empresariais, tendo em vista que todos os estabelecimentos educacionais podem ser adaptados à linguagem mercantil e comercial, por meio da lógica mercadológica, empregando técnicas mercantis na aquisição de clientes, segregando os indivíduos (Laval, 2004).

Nesses termos, insurge-se a reforma empresarial da educação, reverberando no darwinismo social (Freitas, 2018). Isso ocorre em razão da erosão dos valores da escola pública, cedendo lugar à presença de valores privados e competitivos, encarregando o Brasil de cumprir o papel de padronizar a educação pública em escala

mundial, mediante as bases nacionais comuns curriculares, avaliadas por testes em larga escala e responsabilização.

Em 1994, o então presidente Itamar Franco instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº. 8.948/1994, pretendendo efetivar uma articulação entre a educação tecnológica em seus vários níveis e as diversas instituições educacionais inseridas na Política Nacional de Educação. Assim, buscou-se aprimorar o ensino, a extensão e a pesquisa tecnológica, interligando os setores da sociedade geral e produtiva (Araújo; Nicácio; Oliveira, 2021). Logo, as Escolas Agrotécnicas, integrantes desse sistema, podiam ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) após um processo avaliativo de desempenho desenvolvido sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).

O governo FHC, ao tentar reduzir a participação do Estado na educação profissional, criou a Lei Nº 9.649/1998, retirando a responsabilidade de criar e manter novas escolas técnicas geridas pelo governo federal e transferindo esse ônus para os estados e municípios. Portanto, é uma medida que cogita a redução de gastos do governo federal, conforme recomendação do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, de Bresser Pereira.

Com as eleições de 2002, as forças sociais progressistas que elegeram o Governo Lula esperavam profícuas transformações nos projetos societários da década de 1990. No entanto, conforme Frigotto (2006), um (des) caminho foi sinalizado antes da posse, quando o candidato Lula assinou a Carta aos Brasileiros, expressando o compromisso de manter a política neoliberal em curso, oriunda dos organismos internacionais. Destarte, o neoliberalismo apresenta políticas de redução do Estado que foram formuladas e pensadas por intelectuais ligados ao mercado e colocadas em prática por políticos conservadores. Essas políticas encontraram respaldo e defensores nos órgãos multilaterais aos quais o texto relata.

A despeito de dar continuidade às políticas públicas no Governo FHC, o contexto da administração Lula diferenciou-se em múltiplos aspectos, especialmente no que tange a programas e políticas voltadas às classes menos favorecidas (Sala;

Brancatti, 2017). Nesse viés, o Governo Lula editou o Decreto nº 5.154/2004, articulando esforços da educação, trabalho e emprego, ciência e tecnologia, retomando a tendência da formação integrada ao caminhar para a superação da dualidade entre educação geral e formação profissional (Saviani, 2008).

O Decreto Nº 5.154/2004 conferiu um novo arranjo à educação profissional, desdobrando-se em formação inicial e continuada (FIC) de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (Brasil, 2004). Nesse âmbito, as três formas de integração previstas nesse ordenamento jurídico revelam o caráter conciliador das políticas do Governo Lula, que tentaram harmonizar a multiplicidade de interesses das divergentes classes sociais e grupos político-ideológicos (Caires; Oliveira; 2016).

À propósito, os desdobramentos das políticas de EPT no governo FHC estão diretamente relacionadas com o mercado, concentrando-se no pragmatismo econômico que defende uma formação educativa técnica e aligeirada, desvinculada de uma formação humanista e politécnica, e enxugando o currículo com vistas a uma possível empregabilidade.

Como a responsabilidade pela implantação das políticas públicas fica à cargo dos governos, essas políticas públicas são oriundas das necessidades da sociedade. Existem políticas públicas que são de governo e outras de Estado, ou seja, institucionalizadas como a EPT. Por conseguinte, Oliveira (2011) aduz que as políticas dos governos são aquelas que o Executivo, no papel de Prefeito, Governador ou Presidente da República, decide a viabilidade, enquanto as políticas de Estado envolvem mais de uma agência do Estado, geralmente passando pelo Congresso Nacional, que as vota e transforma em lei. Assim, as políticas de governo tendem a ser provisórias, efetivando-se durante a gestão de um determinado governo, enquanto as políticas de Estado são muito duradouras, pois permanecem mesmo na troca de poderes.

O Estado tem a incumbência de responder pela economia e pelo desenvolvimento nacional, refletindo na educação, sobretudo, na educação

profissional, ao sofrer interferências de organismos internacionais de financiamento econômico como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional FMI (FMI), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Essas interferências trazem à tona os interesses econômicos e financeiros dos empresários e industriais que tinham e têm interesse nas reivindicações do setor produtivo (Frigotto; Ciavatta, 2002; Ortigara; Ganzeli, 2013).

À rigor, quanto à especificidade das relações sociais capitalistas no Brasil, percebe-se que a classe dominante é constituída por uma confluência entre as velhas oligarquias agrárias e os atuais segmentos da indústria e dos serviços. Essas classes nunca se propuseram à construção de uma nação autônoma e soberana por meio de uma educação universal e de qualidade, focalizada na produção científica e na formação política e cultural da juventude (Florestan Fernandes, 2020).

Com o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o governo apresentou o Decreto Nº 5.154/2004 e o projeto Escola de Fábrica, propondo relacionar as políticas para a educação com outras políticas desenvolvimentistas. Nesse ínterim, a educação profissional é vista sob a roupagem compensatória, destinada aos desvalidos da sorte, desvelando a política educacional sob a égide do pensamento neoliberal e atendendo às requisições da produção capitalista (Araújo; Nicácio; Oliveira, 2021).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) demarcam que, com a edição do Decreto Nº 5.154/2004, esperava-se uma norma que garantisse a pluralidade de ações, mobilizando a sociedade civil na defesa do ensino médio unitário e politécnico, integrando-se à profissionalização dos princípios da ciência, do trabalho e da cultura. Conquanto, os decretos Nº 5.154/2004 e Nº 5.225/2004 autorizaram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) a alcançarem o *status* de universidades. Contudo, essa legislação não resolveu o impasse histórico do ensino

médio integrado, ou seja, a realização de um currículo holístico capaz de formar o educando em multiplicidade de âmbitos.

Por esse viés, Machado (1989) circunscreve o ensino integrado como um caminho fértil para a transformação e superação da sociedade de classes. Assim, mesmo que o ensino médio integrado não traga a mesma proposta formativa politécnica, é perceptível a profunda vinculação entre ambos.

No tocante ao governo Dilma, salientamos que foi responsável pela implementação Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), promulgado por meio da Lei N<sup>o</sup>12.513, no dia 26 de outubro de 2011. Face ao exposto, Saviani (2018) considera que, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, esse foi o programa mais significativo, relacionado à EPT, tornando-se o carro-chefe dos programas de Educação Profissional e Tecnológica promovidos pelo Partido dos Trabalhadores nesta nova gestão.

O PRONATEC caracteriza-se como um ponto de inflexão na seara da EPT, posto que, mesmo estabelecido para a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional, sua ampliação ocorreu majoritariamente alicerçada na oferta de cursos de curta duração de formação inicial e continuada (FIC) e de cursos técnicos de nível médio concomitante (ou seja, cursando as disciplinas de formação técnica em uma instituição enquanto se faz o ensino médio em outra instituição) (Vasconcelos; Amorim, 2018).

Em síntese, tal política fomentou o esvaziamento da proposta de ensino médio integrado, inclusive através do incentivo à promoção da EPT em instituições privadas de ensino, com o chamado sistema S (SENAR, SENAC, SESC, SENAI, SESI, SEST, SENAT, SEBRAE e SESCOOP). Essas entidades corporativas não promovem cursos na modalidade integrada, visto que ofertam somente o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica aos cidadãos.

Conforme Freire (1993), quando nos propomos a educar, estamos exercendo um papel preponderantemente político. Nessa lógica, categorias como ética, cidadania, política, trabalho e condições de sobrevivência devem ser tratadas na

formação integral, atendendo às demandas dos educandos. Logo, esses temas são referenciais da educação popular que, mediante o diálogo, busca a recuperação da humanidade dos trabalhadores, muitas vezes roubada pela lógica capitalista que os coloca como mercadoria.

Se por um lado a EPT faz parte da escola dual, direcionada para a classe operária, objetivando formar mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho, por outro lado, não deixa de ter uma função incluyente e trazer benefícios para a sociedade. Nessa conjuntura, a EPT deve atuar na militância pela inclusão social dos sujeitos pelo trabalho, ultrapassando os paradigmas de exclusão e exploração que assolam a educação contemporânea alicerçada no neoliberalismo. Ademais, pelas vias analíticas de Frigotto (2018), na educação é importante a valorização das experiências, dos conhecimentos prévios e das vivências da realidade, descortinando o trabalho como eixo articulador do currículo, incentivando a autonomia e não a subordinação dos indivíduos.

Diante das suas colocações, assinalo Cortella (2014) quando reconhece a necessidade de superação do significado original do termo trabalho - *tripalium* (caracterizado como instrumento de madeira utilizado para sacrifícios e torturas), transformando-o em *poiésis* a partir da possibilidade de liberdade como fruto da alma para desenvolver atividades criadoras.

Em relação às instituições educacionais da rede federal, é de grande importância que seus colaboradores estejam atentos aos princípios éticos, assegurando a construção de valores democráticos dentro e fora dos estabelecimentos educacionais (Viva, 2018).

Assim, para que a EPT seja um processo humanizado, deverá focalizar no trabalho de forma mais ampla, em detrimento do reducionismo do aspecto funcional. Dessa forma, é importante perceber a condição dialética do trabalhador que, ao ser inserido no ambiente, transforma e é transformado por ele (Manacorda, 1990).

Demarcamos que, ao longo da história brasileira, ocorreram uma multiplicidade de vicissitudes em relação aos processos educacionais, emergindo

diversos modelos. Passou-se pela instrução primária como uma instrução para o trabalho, geralmente direcionadas às camadas populares, até uma instrução científica-superior ofertada às camadas superiores da pirâmide socioeconômica. Em síntese, assinalamos que, no percurso histórico, a educação cumpriu finalidades diferentes. Nesses termos, pontuamos a questão norteadora: a EPT atende a qual dos senhores na contemporaneidade? Capital ou trabalho?

Para tecer um diálogo com suas proposições, enfatizamos a perspectiva de Freire (1993), que reconhece a educação como um processo de tomada de consciência para a transformação das situações opressoras, em forma de libertação e emancipação dos sujeitos. Nessa ótica, a EPT na contemporaneidade consegue atender a essa finalidade?

Conforme Araújo (2021), o Estado também passou a utilizar instrumentos de regulação na EPT, intensificando essa modalidade a partir do limiar do século XXI, correlacionando-se ao número de oferta de vagas e à expansão.

Vislumbramos que tanto o trabalho como a educação podem ter uma dupla face, servindo tanto para a criação quanto para a destruição da vida. Nesse âmbito, o conhecimento e a ciência não devem ser apenas práticos, utilizáveis e rentáveis para serem eficientes ao capital. Uma educação realizada apenas na esfera técnica declina do modelo de compromisso social, revelando a supremacia dos aspectos econômicos em prejuízo dos princípios sociais (Frigotto, 2018).

### 3.1 Desafios na educação profissional e tecnológica

Em relação ao contexto brasileiro, demarcamos que, desde os primórdios da EPT, existe uma configuração classista e assistencialista reservada a um público específico. Isto é, os menos afortunados, constituídos pela classe subalterna que vivem à margem da sociedade, incluindo as pessoas com deficiências.

A falta de investimento público eficaz ainda é um gargalo enfrentado em nosso ensino público, especialmente na esfera estadual, uma vez que os recursos financeiros são menos disponíveis do que nas escolas federais.

Situamos a diferença entre a formação, que é uma atividade capaz de transformar-se em práxis pedagógica, e o treinamento, que é algo pontual e difuso, talvez devido ao pífio tempo de duração. Em síntese, o Poder Público deve pensar em currículos de formação inicial e continuada que atendam às demandas educativas em EPT.

A formação docente para o exercício dessa modalidade de EPT ainda é um grande gargalo, daí a necessidade de formações continuadas como essa, que visam oferecer subsídios teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-político para um processo de ensino-aprendizagem mediado com competência.

Inclusive, na abertura desses cursos técnicos, as instituições de ensino deveriam dar maior atenção à escolha das áreas de formação, evitando realizar um exército industrial de reserva, formando pessoas que não irão atuar laboralmente devido à ausência de mercado para esses profissionais.

Vemos que a "Desescolarização da Educação Profissional" é caracterizada pela possibilidade de reconhecimento dos saberes e validação da experiência de trabalho para certificação de atividades não escolares, substituindo a carga horária do itinerário formativo no ensino médio e certificando como educação formal aquelas habilidades e competências adquiridas fora da escola (Piolli; Sala, 2021). Essa categoria é um tanto polêmica, cabendo uma análise crítica sobre as incoerências e lacunas que envolvem esse objeto.

A EPT realmente trouxe e continua trazendo muitas contribuições ao universo educativo. Contudo, ainda existem desafios a serem superados na esfera curricular, devido à predominância de uma perspectiva hegemonicamente tecnicista, desconsiderando as diversas competências e habilidades como um conjunto orgânico-progressivo de saberes essenciais que todos os discentes devem desenvolver durante o ensino médio técnico.

Grosso modo, cada professor deve ser protagonista na formação de sujeitos pensantes, críticos e criativos, ensinando-os a agir com autonomia, senso de responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, além de favorecer a tomada de decisões fundamentadas em princípios éticos, estéticos, democráticos, humanos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

À propósito, a atuação docente deve seguir modelos de comportamentos éticos, inclusivos e democráticos, condutas essenciais para a formação dos estudantes. Nesse âmbito, os docentes contribuem com sua práxis pedagógica para a construção de um ambiente educacional fértil, valorizando a integridade, a honestidade e o respeito mútuo (Azevedo; Sanches, 2024).

À rigor, detectamos profundas vicissitudes sociais nos últimos anos, exigindo mudanças de significativa pertinência na práxis educativa, concernentes à educação profissional e tecnológica. Nesse viés, reconhecemos uma série de fatores que provocaram essas mudanças, quais sejam: a globalização, que reajustou o mundo às demandas neoliberais; os avanços tecnológicos, por meio da inserção do computador, celular, internet e robótica; e o aumento descomunal na competitividade e as reconfigurações no mundo do trabalho frente às novas expectativas das organizações. Em síntese, a EPT é marcada por momentos históricos bem definidos, atravessando barreiras e sobrevivendo entre ranços, avanços, recuos, ajustes e redimensionamentos.

A respeito da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, pensamos que ela surgiu como uma nova possibilidade de oferecer educação gratuita e de qualidade enquanto direito conquistado da nação brasileira. Quanto aos desafios da docência na EPT no Brasil, destacamos o ponto de partida desigual dos discentes, como questões socioeconômicas e educacionais vivenciadas nos anos anteriores.

Reiteramos a pertinência da inserção da Educação Profissional e Tecnológica no ensino brasileiro, com a busca pela qualificação profissional de jovens e adultos tornando-se imprescindível, em virtude das demandas de profissionais realmente habilitados para desempenhar determinadas atividades terem crescido no país.

Acreditamos que, à medida que um país evolui tanto cientificamente quanto economicamente, é esperado que sua população também evolua em diversos aspectos, especialmente no quesito intelectual. No entanto, essa não é uma tarefa fácil; é necessário investimento, dedicação e muito empenho por parte dos governantes e da sociedade em geral.

Contemporaneamente, as taxas de desemprego no Brasil ainda estão altas, com um percentual de 8,76%, afetando aproximadamente 92 milhões de pessoas em todo o país (Nogueira, 2022). Entretanto, não se pode desvalorizar a relevância dessa modalidade de ensino, que é tão rica e traz esperança para as pessoas e para o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, consideramos que as maiores dificuldades que o país enfrenta atualmente são a falta de investimentos financeiros e o compromisso com a educação em geral. A Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2024 reafirmou a necessidade de investir 10% do PIB em educação, em contraste com os atuais 5,4%. Entretanto, a elite e os representantes do capital, imediatamente, desqualificaram a proposta (Grabowski, 2024).

Na verdade, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um conjunto de instituições de ensino com origens que remontam ao século passado, com as Escolas de Aprendizes *Artífices*, fomentadas pelo Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. À vista disso, Michels e Ritter (2024) sustentam que essas instituições, em sua prática convencional, inconscientemente reproduzem a estrutura de concepções calcadas nas desigualdades sociais. Portanto, para cumprir sua missão social, é urgente compreender multidimensionalmente esses mecanismos, readequando os processos pedagógicos para uma práxis crítica e reflexiva.

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), apresentando ao país uma nova arquitetura educacional. Esses espaços contêm novos arranjos em sua institucionalidade, contemplando a conexão entre Educação Superior, Educação Básica e Educação

Profissional. Eles são estruturados na pluricurricularidade em múltiplos campi, comprometidos com a verticalização do ensino, atravessado pela pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento local e regional (Lorenzet; Andreolla; Paludo, 2020). Nessa perspectiva, os investimentos realizados nesta modalidade de ensino são incomparáveis e sem precedentes na história da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil.

Com base em Pacheco (2010), qualquer que seja a reconstrução pedagógica deverá estar sintonizada com as demandas sociais, econômicas e culturais, respeitando as diversidades sociais e a preservação do meio ambiente, pautando-se na ética e no cuidado com responsabilidade socioambiental. A despeito disso, com essas características, podemos assinalar que a EPT, desde 2008, a partir de sua nova institucionalidade, eclode como uma possibilidade de rompimento com essa lógica em virtude do papel social da instituição, acrescentando-se a possibilidade de uma educação integralizadora e *omnilateral* por meio da formação geral e técnica dos indivíduos, quebrando paradigmas do segmentarismo. Anteriormente, os desprovidos de recursos financeiros eram direcionados apenas para o aprendizado técnico para colocar em prática no trabalho, enquanto os abastados recebiam uma educação científica, almejando os cargos de níveis superiores (Araújo *et al.*, 2024). Assim, Lorenzet, Andreolla, Paludo (2020, p. 13) sintetizam que:

A finalidade da educação, na perspectiva libertadora e emancipadora, é a de buscar contribuir com a transformação da sociedade, através da formação de sujeitos capazes de refletir criticamente o mundo no qual vivem, e se inserirem nos processos transformadores, de modo coletivo e intencional, porque sabedores do seu papel. E, por fim, a Educação Profissional e Tecnológica precisa contemplar a instrumentalização técnica e política, qualificando para o mundo do trabalho e para a vida, buscando como princípio maior a construção de uma sociedade justa.

Noutras palavras, Gramsci (1982) circunscreve a exigência de superar a divisão entre *Homo faber* e *Homo sapiens* ao buscar o permanente resgate da relação simbiótica entre a Educação e o Trabalho. Isso implica na promoção da completude

da liberdade, permitindo que os indivíduos possam se emancipar mediante uma formação omnilateral de totalidade, isto é, uma educação politécnica/tecnológica e desalienante, com consciência de classe.

## 4 Considerações finais

16

Assentimos ser pertinente mencionar que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como a Educação Especial, constituiu-se historicamente marcada por orientações classistas, assistencialistas e excludentes. A história da EPT no Brasil é atravessada por uma multiplicidade de tensionamentos teóricos e políticos, refletindo as transformações societárias vividas. Ela favoreceu o dualismo educacional entre uma formação geral para o exercício da cidadania e uma formação técnico-profissional destinada ao mercado de trabalho, sendo que esta última também contém valor social.

Vislumbramos que a Educação Profissional é um investimento excelente para a indústria brasileira, tendo em vista um ensino profissionalizante que investe no crescimento econômico, criando muitas chances de emprego e renda, ou seja, fazendo com que as pessoas possam se enquadrar e atuar preparadas para o exercício da profissão. Por conseguinte, esse contexto educativo possui uma modalidade de ensino com o objetivo de desenvolver competências e habilidades para as demandas que o mercado de trabalho propõe. Portanto, este nível educacional vem sendo conhecido como revolução industrial, tendo em vista realizar qualificação profissional, fundamentando-se nas necessidades do setor de produção, reverberando no crescimento dessa indústria e vislumbrando um capitalismo econômico de grande evolução brasileira.

Sabe-se da complexidade de adesão à tecnologia com a educação profissional, pois vivemos em um determinado sistema tecnológico onde nossos adolescentes e crianças vivem rodeados de notebooks e celulares. Para aperfeiçoar essa geração, é preciso adicionar uma rotina que priorize a educação junto com a

tecnologia. É necessário enfrentar vários desafios, o que demanda muita interatividade e até mesmo uma forma dinâmica de ensino.

Também existem as várias atualizações constantes no mundo tecnológico, e devemos lidar com essas mudanças e nos adaptar ao novo para evoluirmos constantemente. Existe também as aplicações das ferramentas corretas, deve-se usá-las adequadamente e aproveitar seus benefícios.

A propósito, nosso estudo colocou em evidência reflexões acerca das políticas adotadas na EPT, consubstanciadas em influências neoliberais adotadas no Brasil. Concluimos que essa manifestação ideológica está presente até os dias atuais, adotando pacotes de estratégias para difusão da condução do mercado.

## Referências

AFONSO, Anthonete Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Educação Profissional e Tecnológica no PNE 2014- 2024: questões para o debate. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 36, p. 67–83, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/5548>. Acesso em: 24 maio. 2024.

ARAUJO, Bruno Rodrigues Tavares; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; Furlan, Fernanda Mendes; COTRIM, Antonio Anderson Teixeira. Políticas públicas para educação profissional e tecnológica no Brasil – breves notas. **Caderno Pedagógico**, 21(1), 2818–2832, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n1-151>. Acesso em: 24 maio 2024.

ARAUJO, José Júlio César Do Nascimento; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal De; NICÁCIO, Marcondes De Lima. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: anotações a partir dos governos de Collor. **Interfaces científicas - educação**, 10(3), 275–291, 2021. disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2021v10n3p275-291>. acesso em: 25 maio 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; COAN, Marival. O Ensino Profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho necessário**. Ano 11. n. 16, 2013, p. 1 – 28.

AZEVEDO, Sérgio Dias de; SANCHES, Keila Lima. O compliance na educação profissional e tecnológica: uma análise sobre a importância da aplicação na educação profissional e tecnológica. **Revista Educar Mais**, 8, 69–81, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.8.2024.3414>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004**. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 15 jan. 2024.

18

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CALAZANS, Maria Julieta. Planejamento da Educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. *In*. KUENZER, Acácia Z. & GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O desafio Educacional**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise. A política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, Especial, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/>. Acesso em: 25 maio 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no Ensino Médio Técnico**. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 17-39.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GRABOWSKI, Gabriel. Brasil é o terceiro país com menor investimento por aluno. **Extra Classe**, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/m2Gvi2024>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**. v. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**, v.29, n.2, p.15-28, maio-ago., 2020.

MICHELS, Lucas Boeira; RITTER, Marilene. Reflexões Sobre os Desafios Sociais dos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. e12329, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.12329. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12329>. Acesso em: 24 maio. 2024.

MAANEN, John, Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, vol. 24, no. 4, December 1979 a, pp 520-526.

MACHADO, Lucília Regina. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NOGUEIRA, Patrícia Ferreira. **O fenômeno do desemprego e suas determinações na contemporaneidade**. Arapiraca: RDBSCA, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 323-337, Campinas, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **As bases conceituais em EPT**, Editora Nova Paideia, 2022.

ORTIGARA, P.; GANZELI, C. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – permanência e mudança. In: BATISTA, E. L.; MULLER, T. M. (org.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas: Alinea, 2013.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2023.

SALA, Fabiana; BRANCATTI, Paulo Roberto. Política Educacional e Educação Profissional no Brasil: organização, avanços, problemas e perspectivas. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 14, n. 4, p.93-106 out/dez 2017. Disponível em: DOI: 10.5747/ch.2017.v14.n4.h339. Acesso em: 27 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. Campinas, SP: **Revista HISTEDBR**, v.18, n. 2, p. 291-304, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>.

SILVA, T. T. A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de. AMORIM, Mario Lopes. Qualificação profissional no PRONATEC e as demandas do neodesenvolvimentismo Lulo-petista: formação voltada para a empregabilidade. [S.l.]: **Revista trabalho necessário**, n. 30,

p. 129-155, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10090>. Acesso em: 25 maio 2024.

VIVA, Marco Aurélio de Andrade. **Ética e gestão na educação superior à distância**: o uso do compliance como dispositivo de controle de riscos. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) -Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdade EST, São Leopoldo, 2018.

<sup>i</sup> **Ailton Batista de Albuquerque Junior (Roinuj Tamborindeguy)**, ORCID:

<https://orcid.org/0009-0001-2372-4568>

Doutorando em Educação (UFU). Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (IFES/IFCE). Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). Participa do Laboratório de Análise de Políticas e Gestão da Educação (LAPGE).

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4472063040972745>

E-mail: [pedagogo.uece@hotmail.com](mailto:pedagogo.uece@hotmail.com)

<sup>ii</sup> **Maria Célia Borges**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-023X>

Pós-doutora em Educação (FEUSP). Mestra (UFU) e Doutora (PUCSP) em Educação. Professora do Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Linha Estado, Políticas e Gestão em Educação.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4472063040972745>

E-mail: [marcelbor@gmail.com](mailto:marcelbor@gmail.com)

<sup>iii</sup> **Ana Cláudia Uchoa Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1377-6540>

Pós-Doutora em Educação (UFC). Doutora em Educação (UFC). Mestra em Educação (UFC). Pedagoga do Instituto Federal do Ceará, atuando como Pró-Reitora de Extensão. Participa do Grupo de Pesquisa em Formação Docente Digital.

Contribuição de autoria: Escrita – Revisão e Edição

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4472063040972745>

E-mail: [ana@ifce.edu.br](mailto:ana@ifce.edu.br)

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialista *ad hoc*:** Jose Quibao Neto e Itamar de Oliveira Corrêa Filho e Jairo Antônio da Paixão.

---

**Como citar este artigo (ABNT):**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Ailton Batista de.; BORGES, Maria Célia.; ARAÚJO, Ana Cláudia Uchoa. Educação profissional e tecnológica sob os circuitos do capital: demarcações analíticas das contribuições dos governos federais. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13174, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13174>

Recebido em 27 de maio de 2024.

Aceito em 03 de julho de 2024.

Publicado em 31 de julho de 2024.